



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

As revoltas no século XVII na França e na Inglaterra: a dinâmica de lutas no Antigo Regime

Adriano S. Lopes da Gama Cerqueira
Universidade Federal de Ouro Preto

O século XVII foi um período de grandes perturbações para a tradicional sociedade da época. Houve diversos episódios de rebeliões envolvendo desde camponeses até a nobreza, em Estados como a França, a Inglaterra, Portugal e Espanha, entre outros. Assim, temos a *Fronde* (guerra civil na França, 1648-1653), quando o Cardeal Mazarino teve de enfrentar sucessivas rebeliões de famílias aristocráticas de províncias distantes até a própria Paris; temos ainda a *Revolução Inglesa* (1642-1649), que dividiu a aristocracia em torno do apoio a um rei com problemas em manter uma unidade religiosa e cujo grande pendor centralista desagradou a boa parte dos membros do Parlamento de Londres. Nesses dois eventos, uma característica comum se apresenta: um derradeiro esforço coletivo de membros influentes das famílias aristocráticas para levantar uma oposição feroz contra a crescente capacidade administrativa do poder centralizado em torno da figura do rei. Em um Estado, esse esforço foi em vão; em outro, foi vitorioso e cada um dos episódios foi decisivo para a posterior configuração institucional da França e da Inglaterra.

O que parece fundamental aqui é a repercussão da estruturação de um aparato administrativo centralizado na sociedade tradicional da época. Ou seja, torna-se necessária a compreensão

de como se processam as relações entre os agentes sociais mobilizados sob o impacto da estruturação desse aparato, com crescentes poderes de intervenção e de gerenciamento dos conflitos entre os mesmos. Assim, a investigação dos canais de intermediação entre os agentes sociais que controlam o aparato administrativo do Estado e os agentes sociais mobilizados em relação a esse aparato assumem uma importância básica. São dois os canais básicos de intermediação: o de *reivindicação*, por meio do qual os agentes mobilizam o aparato administrativo no sentido de atender aos seus interesses ou às suas demandas mais imediatas; e o de *incorporação*, no qual os agentes sociais que controlam o aparato burocrático e administrativo, politicamente centralizado, mobilizam setores da sociedade até então menos privilegiados pela órbita de ação das políticas estatais. Em ambos os casos, há forte tendência para o crescimento do aparato administrativo centralizado, já que crescem as suas atribuições, estimulando o aumento de sua representatividade social.

104

1. AS LUTAS POLÍTICAS NO ANTIGO REGIME.

O período histórico compreendido entre os séculos XVI a XVIII no Ocidente europeu caracterizou-se, fundamentalmente, por uma significativa transformação nos níveis políticos e administrativos, com decisivas repercussões sobre a estrutura social dos nascentes Estados da época.

A transformação envolveu, basicamente, a demanda por um efetivo controle administrativo e financeiro dos recursos nacionais, centralmente orientada e localizada na esfera estatal¹.

Evidentemente, tal demanda vinculou-se às estratégias de setores articulados nas sociedades européias, que estariam agindo em atenção ao processo de estruturação de um aparato administrativo centralizador. Convém salientar que esse processo não teve um curso linear, no tocante ao crescimento de um poder central soberano; pelo contrário, durante o período assinalado houve resistências movidas por grupos da nobreza territorial. A impor-

tância desse setor social se deve ao controle da maior parte dos recursos materiais e humanos, consubstanciados na propriedade da terra e posse de títulos nobiliárquicos que asseguravam o reconhecimento social de seu poder enquanto grupo constituído². Deve-se concluir que a luta que se seguiu entre os monarcas e a nobreza proprietária de terras foi pelo controle de fato desses recursos, fundamentalmente no tocante à extração de parcelas determinadas do montante produzido pela estrutura econômica das sociedades da época.

Outro setor social de peso determinante para as lutas políticas que ocorreram no período assinalado foi o dos camponeses, uma vez que alojava a maior parte da população européia. Estruturalmente, as sociedades européias da chamada época moderna podem ser classificadas como agrárias, isto é, dominadas por relações econômicas e sociais assentadas, majoritariamente, na forma de um “sistema de consumo agrário direto” entre o produtor e o consumidor, segundo a definição clássica de B. H. Slicher Van Bath. Conseqüentemente, omias possuíam um sistema financeiro de trânsito limitado a pequenas praças, sem boa articulação entre si. O baixo volume de transações econômicas, embora suficiente para gerar instabilidades nas relações sociais e econômicas entre setores dos camponeses e da nobreza proprietária, não impediu que o predomínio da estrutura agrária na Europa se prolongasse por um período considerável de séculos³.

Atentando-se para as transformações econômicas ocorridas no período, importantes caracterizações podem ser delineadas. Basicamente, elas se reportam à esfera da produção, que passou a sofrer uma pressão crescente do consumo, isto é, uma maior demanda por produtos comercializáveis, capacitados à inserção em um mercado de trocas que, à medida que alargava o seu domínio, tornava cada vez mais necessária a presença de um padrão monetário regulador. Evidentemente, esse sistema produtivo influenciou diretamente a estrutura social ligada à sua esfera de atuação, mediante a entrada de padrões novos de conduta social, com

estratégias de ação tanto individualizadas quanto coletivizadas. Conseqüentemente, abriu-se o caminho para a evolução de novos atores sociais, cujo campo de ação e de estratégias inscreveu-se no desenvolvimento afirmativo do mercado de trocas de base monetária. A categoria social mais diretamente relacionada com essas transformações foi a *burguesia*, isto é, um grupo social cuja atividade econômica dirigia-se para o investimento na esfera comercial e produtiva⁴.

Finalmente, merece ser destacada a evolução de um outro setor social cuja atuação foi decisiva para a configuração institucional em processo nesse período. O crescimento do aparato administrativo estatal, em curso na Europa Ocidental, com pretensões de domínio efetivo sobre um território delimitado, desenvolveu-se a partir das antigas dinastias reais. Pode-se dizer que este setor, originalmente ligado à nobreza territorial, gradualmente foi desenvolvendo uma lógica de interesses própria, relacionada a um posicionamento distinto nas estruturas políticas e sociais então em curso. Fundamentalmente, esse processo se dirigiu para a constituição de um ator social específico, alojado na estrutura política e administrativa em desenvolvimento em países como a França, Inglaterra, Espanha e Portugal, por exemplo, e que demonstraria uma intenção de domínio territorial e administrativo efetivo, centralizador e, conseqüentemente, soberano⁵ (ver Quadro 1).

Havia um potencial significativo de conflitos políticos envolvendo os agentes sociais, notadamente naqueles diretamente referidos com a montagem de um aparato administrativo centralizador em curso nesse período, cuja nascente burocracia tinha como objetivo principal o controle incontestável dos recursos materiais e humanos circunscritos territorialmente. Nesse aspecto, as políticas tributárias – isto é, os meios de aquisição dos recursos econômicos do território e o grau de alcance social da aplicação do fisco – foram fundamentais para a afirmação de um poder soberano sobre os recursos nacionais. Por conseqüência, o potencial de relações políticas entre os agentes sociais acima descritos sofreu

QUADRO 1 - ESQUEMA DA SOCIEDADE FRANCESA

SETOR SOCIAL	CARACTERIZAÇÃO DE TIPO ESTAMENTAL	EFEITOS DO PROCESSO DE MONETARIZAÇÃO	EFEITOS DA BUROCRATIZAÇÃO
Camponeses	Sem posse de títulos nobiliárquicos	Fim da servidão; diversificação social (jornaleiros, pequenos proprietários e empresas agrícolas)	Pagadora de tributos e formadora de tropas de guerra
Burguesia mercantil	Acesso restrito aos títulos nobiliárquicos (compra/renda)	Arrendatária de terras; atividades comerciais e de financiamentos	Pagadora de tributos, mas com possibilidade de isenção; compra de cargos burocráticos
Aristocracia proprietária de terras	Portadora de títulos nobiliárquicos herdados	Arrendamento de suas propriedades; comércio; cargos públicos; tributação local	Isenta de tributos; acesso aos cargos burocráticos
Famílias dinásticas	Portadora de títulos nobiliárquicos; direito à sucessão monárquica	Comércio internacional (mercantilismo); tributação; formação da burocracia; difusão monetária	Fortalecimento das finanças e do poder monárquico; centralização política

uma influência decisiva do desenvolvimento da estrutura burocrática centralizadora, gerando formas de intermediação política que visavam a um maior controle sobre a administração dos recursos. Em outras palavras, assiste-se ao desenvolvimento de negociações políticas orientadas para o controle dos recursos materiais e humanos, o que evidencia a importância de se examinar as formas de negociação concebidas, devido às possibilidades analíticas referentes às estratégias executadas pelos agentes sociais envolvidos neste processo⁶.

Pode-se perceber, nesse período, que o desenvolvimento de formas de intermediação política nos Estados burocraticamente centralizados obedeceu a uma lógica política de organização administrativa, relacionada com a maximização dos objetivos estabelecidos na consecução das políticas estatais, especialmente na área tributária. Essa lógica estaria associada à necessidade de garantir a aplicação eficiente daquelas políticas, com as expectativas no tocante ao máximo de adesão a elas, pois o que está em xeque é justamente a capacidade do Estado de extrair os recursos produzidos dentro do país, fundamentais para a sua afirmação enquanto

poder soberano⁷. Evidentemente, quando se fala em Estado, reporta-se à ação de agentes sociais específicos envolvidos diretamente em uma competição pelo controle de fato dos aparatos administrativos e militares que compõem tal estrutura. O nível político situa-se fundamentalmente nessa competição, e a forma como ela se desenvolve determinará a constituição política e institucional do Estado em questão⁸.

Por agentes sociais se compreende um grupo de indivíduos que compartilham um conteúdo programático, definidor de estratégias de ação. O conceito refere-se, portanto, às ações práticas possíveis de serem empreendidas coletivamente por um grupo específico de indivíduos situados em um determinado nível da estrutura socioeconômica. Ora, uma possibilidade prática e unificadora, quanto aos objetivos programáticos, facilita o reconhecimento desses indivíduos enquanto grupo social, permitindo o estabelecimento de canais de comunicação entre os diversos grupos assim constituídos, inclusive daqueles situados na estrutura burocratizada do Estado⁹. O desenvolvimento de canais de comunicação entre os grupos, particularmente no que se refere à formulação de estratégias tendo em vista as expectativas de comportamento mutuamente compartilhadas, pode ser entendido como o eixo fundamental por onde transitam as formas específicas de intermediação política entre os agentes sociais alojados *dentro* e *fora* da estrutura estatal.

Conseqüentemente, é possível estabelecer duas formas básicas de evolução de canais intermediadores entre os agentes sociais acima descritos. De um lado, observa-se uma forma fundamentada em estratégias de *reivindicação*, cuja principal característica seria a formulação de políticas de pressão que têm como objetivo o centro político do Estado, o que define desde logo um caráter nítido de confrontação. De outro lado, apresenta-se uma forma baseada em estratégias de *incorporação*, conduzidas pelas políticas geradas de *dentro* do centro político do Estado. Em ambos os casos, é possível estipular um objetivo político comum, fundado

em um princípio de negociação, estimulado mediante a possibilidade de obtenção de um controle efetivo dos recursos econômicos.

A percepção de um objetivo comum às duas formas básicas de intermediação política aponta para um sentido de evolução institucional, qual seja, o do desenvolvimento crescente da administração pública-estatal em sociedades atingidas pelo processo aqui descrito. Independentemente do tipo de constituição política concebida, verifica-se o aumento das atribuições do considerado *poder público*, em função das demandas produzidas pelos agentes sociais, e dirigidas cada vez mais para um espaço de negociação delimitado pela estrutura do Estado. Ou seja, à medida que o Estado centralizado se afirma como o poder administrativo *de fato*, ele canaliza as demandas dos grupos na sociedade, reforçando-se enquanto poder político regulador das relações sociais. Logo, o crescimento do poder do Estado sobre a administração dos recursos nacionais seria consequência das estratégias de negociação política dos agentes sociais mobilizados, sendo possível estipular que tal crescimento significaria, para determinados grupos sociais, um resultado não antecipado e muitas vezes indesejado,¹⁰ como as guerras civis na França (a Fronda) e na Inglaterra (a Revolução Inglesa) exemplificam bem.

Por outro lado, a afirmação do Estado como a arena principal de intermediação política dos agentes sociais mobilizados implicaria necessariamente a representação de sua estrutura. Isto porque o Estado, enquanto instituição social, desenvolve as suas estruturas na medida em que os agentes sociais se mobilizem para tal, o que aponta para a necessidade deles estarem presentes na montagem desse aparato. Nessa medida, o aumento de representação política pode ser entendido como mais uma evidência do crescimento do poder público instituído em uma dada sociedade, sendo esse o sentido empregado para a compreensão da dinâmica de evolução institucional¹¹.

A descrição do processo de crescimento do poder público-estatal acima exposta delimita as formas de intermediação

política entre os agentes sociais, cujas estratégias compartilhariam de um princípio básico e comum, que seria o controle sobre o exercício da administração pública.

As formas de intermediação referem-se, portanto, ao nível de inserção dos grupos sociais na estrutura do Estado, e não em mecanismos políticos baseados em princípios estruturais diferenciados. Nessa medida, supõe-se que as diferentes formas compartilham de um mecanismo político comum no que respeita ao princípio estruturador, que é o da negociação acerca do controle do exercício administrativo do Estado¹².

Conseqüentemente, a caracterização do Estado no período moderno pode ser empreendida de modo abrangente, haja vista a presença de um mecanismo político básico e comum. Especificamente, o mecanismo refere-se à construção de um aparelho administrativo centralizador, concomitante ao reconhecimento *público* de determinados agentes sociais mobilizados, reconhecimento este traduzido em privilégios determinados, que abrangem fundamentalmente o campo econômico, mas com repercussões políticas e sociais, como títulos nobiliárquicos, por exemplo¹³.

O estudo da história dos Estados na Europa pode ser mais bem entendido na medida em que são apresentados os elementos constitutivos comuns a eles que seriam, fundamentalmente, a presença de um aparato administrativo centralizador, a caracterização da economia – predominantemente agrária, mas sob um intenso processo de desenvolvimento comercial e produtivo, caracterizado nas políticas ultramarinas – e a estratégia básica presente no exercício de intermediação política entre os agentes sociais e a prática administrativa burocrática, fundamentalmente, as lutas em torno de políticas tributárias, foco central para a análise dos processos de negociação política entre os diferentes grupos sociais do período assinalado.

NOTAS

- ¹ Um fundamental conjunto de estudos desse tema está em TILLY, Charles (ed). *The formation of national states in Western Europe*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1975. Para um bom acompanhamento historiográfico, consultar: BARUDIO, Günter. *La época del absolutismo y - la Ylustración, 1648-1779*. México, Siglo XXI, 1986; BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa, Edições 70, 1982; BRAUDEL, Fernand. *Civilization & capitalism, 15th - 18th Century. The wheels of commerce*, vol. 2, New York, Harper & Row publishers, 1982; BRAUDEL, F. *Civilization & capitalism, 15th - 18th century. The perspective of the world*, vol. 3, London, Collins/Fontana Press, 1988; BRAUDEL, F. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. 2 vols. São Paulo, Martins Fontes, 1984; DÜLMEN, Richard van. *Los inicios de la Europa moderna, 1550-1648*. México, Siglo XXI, 1986; MORINEAU, M. *O século XVI, 1492-1610*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980; MOUSNIER, Roland. *Os séculos XVI e XVII*. São Paulo, Difusão Européia de Livro, 1973; PASTOR, REYNA et alii. *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona, Editorial Crítica, 1984; SABOUL, A. et alii. *La abolición del feudalismo en el mundo occidental*. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1979.
- ² A descrição das sociedades erigidas em tal princípio organizativo tem em WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 7ª edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1984, o texto clássico. Uma obra mais recente e que traz uma boa caracterização dessas sociedades é a de BLUM, Jerome. *The end of the old order in Rural Europe*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1978. Com relação à importância política da nobreza, encontra-se na obra de BENDIX, R. *Kings or people*. Los Angeles, University of California Press, 1978, uma investigação fundamental.
- ³ O peso da estrutura agrária nas sociedades da época foi bem demonstrado por MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Ver também BLUM. *The end of the old order in Rural Europe*. A passagem citada de Van Bath encontra-se em, BATH, B. H. Slicher van. *História agrária da Europa ocidental, 500-1850*. Lisboa, Edit. Presença, 1984, p.11.
- ⁴ Os textos básicos para o estudo da estrutura econômica da Europa nesse período são: MARX, Karl. *O capital*. 2ª edição, São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1985; WEBER, Max. *Historia económica general*. 6ª edição, México, Fondo de Cultura Económica, 1987; CIPOLLA, Carlo M. *História económica da Europa pré-industrial*. Lisboa, Edições 70, 1984. Quanto aos efeitos do desenvolvimento de relações comerciais em uma estrutura agrária, ver: DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977; DOBB et alii. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; destacam-se ainda os trabalhos de BRENNER, Robert. "Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe." In *Past & Present*, n.70, February, 1976, pp. 30-75 e BRENNER, Robert. "The social basis of economic development". In ROEMER, John (ed). *Analytical marxism*. Cambridge, Cambridge University Press; 1986. Merece menção, evidentemente, MOORE JR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*.

- ⁵ Os textos fundamentais são: WEBER, Max. *Economía y sociedad*. ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990; e do mesmo, *A sociedade de Corte*. Editorial Estampa, 1987; STRAYER, J. R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa, Ed. Gradiva, s/d; BENDIX, Reinhard. *Estado nacional y ciudadanía*. Buenos Aires, Amorrortu, 1974; HESPANHA, A. M. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984; ANDERSON, P. *Linhas do Estado absolutista*. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1989; e, finalmente, TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*.
- ⁶ A referência básica aqui é a discussão efetuada por BENDIX na introdução de sua obra *Work and authority in industry*. Los Angeles, University of California Press, 1974, especificamente o tratamento dispensado ao mecanismo de sustentação de uma dominação social, cujo princípio assentaria em uma suposta “boa vontade” do dominado. Para o melhor acompanhamento dessa discussão, consultar WEBER, Max. *Economía y sociedad*, em particular a primeira parte. Destaca-se também o artigo de REIS, Elisa M. P. “O Estado Nacional como Ideologia”. In *Estudos Históricos n. 2*, São Paulo, Vértice editora, 1988/2, pp. 187-203. Merece destaque também a recente pesquisa sobre a mecânica de negociação política na França do século XVII, efetuada por KETTERING, Sharon. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France*. New York Oxford, Oxford University Press, 1986, e que segue a linha de pesquisa desenvolvida por BEIK, William. *Absolutism and society in Seventeenth-Century France*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985. Para a compreensão básica da questão fiscal, ver ARDANT, Gabriel. “Finance policy and economic infrastructure of modern states and nations”. In TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*, pp.164-241.
- ⁷ Segue-se aqui a análise empreendida por ARDANT, Gabriel. “Financial Policy and Economic Infrastructure of Modern States and Nations”. In TILLY, C. *The formation of national states in Western Europe*, pp.164-242.
- ⁸ No modelo de análise histórica apresentado por BRAUN, Rudolf. “Taxation, sociopolitical structure, and state-building: Great Britain and – Brandenburg-Prussia”. In TILLY, Charles. *The formation of national states in Western Europe*, pp. 243-327, a taxação tem várias funções, como a “Política” definida como: “(...)the character and the degree of political participation of social groups, estates and holders of certain properties”. Ele ainda afirma nas pp.247-8: “(...) it is evident that a close connection between the political system and taxation exists.”
- ⁹ Para um melhor acompanhamento dessa discussão ver: BENDIX, R. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986; REIS, Elisa P. “Reflexões sobre o Homo Sociologicus”. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. II, vol.4, outubro de 1989; MERQUIOR, José G. *Rousseau e Weber*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990; e Schluchter, Wolfgang. *The rise of western rationalism. Max Weber's developmental history*, Berkeley, University of California Press, 1985.
- ¹⁰ Há pelo menos três obras clássicas nas ciências sociais que sustentam essa hipótese: TOCQUEVILLE, Alexis de. *O antigo regime e a revolução*. Brasília, Edit. Universidade de Brasília, 1979; BENDIX, R. *Estado nacional y ciudadanía*, particularmente no capítulo “La Extensión de la Ciudadanía a

las Clases Bajas”, pp. 78-104; MARSHAL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967. Outra discussão que se tornou também clássica nas ciências sociais é a que se refere ao problema dos efeitos não antecipados das ações sociais, feita por BOUDON, Raymond. *Efeitos perversos e ordem social*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1979.

- ¹¹ A este respeito, é interessante acompanhar a polêmica envolvendo REIS, Fábio W e SCHWARTZMAN, Simon, sobre a propriedade de se apoiar os estudos de sociologia eleitoral no modelo de representação política, independente das realidades históricas diversamente concebidas, que poderiam não se adequar analiticamente a um modelo de tipo ocidental. Ver: SCHWARTZMAN, S. “As eleições e o problema institucional (1): estado e sociedade no Brasil”; e REIS, F. W. “As eleições e o problema institucional (2): a revolução é a geral cooptação”. In *Dados*, n.14, 1977, pp. 164-200. Ver ainda SCHWARTZMAN, S. “Back to Weber: corporatism and patrimonialism in the Seventies”. Paper presented to the Seminar on Corporatism and the Corporate State, University of Pittsburgh, Center for International Studies, april 4-6, 1974.
- ¹² Nesse aspecto, Sharon KETTERING oferece o modelo de investigação tendo em vista a descrição de tal mecanismo. Ver, especialmente, caps. “One: Patrons and clients” e “Conclusion: nobles, brokers, and statebuilding”. In KETTERING, S. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France*, pp.12-39 e pp.232-237, respectivamente.
- ¹³ Neste instante se pode adiantar alguns textos básicos dedicados ao estudo do mecanismo das “relações clientelísticas”: KETTERING, S. *Patrons, brokers, and clients in Seventeenth-Century France*; POWELL, John Duncan. “Peasant society and clientelist politics”. In *The American Political Science Review*, vol. LXIV, n. 2; june 1970, pp.411-425; o clássico brasileiro é: LEAL, Victor - Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975; e, para um estudo sobre Portugal, GREENFIELD, Sidney M. “The patrimonial state and patron-client relations in Iberia and Latin America Sources of ‘The System’ in the Fifteenth Century writings of the Infante D. Pedro of Portugal”. *Program in Latin American Studies*, University of Massachussets at Amherst (Occasional Papers Series n.1), oct. 1976.